

**DELIBERAÇÃO SOCIAL UNÂNIME POR ESCRITO**

Aos 23 dias do mês de maio de 2016, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português devidamente representado pela licenciada Maria João Dias Pessoa de Araújo, nomeada por Despacho do Senhor Ministro das Finanças e da Senhora Ministra do Mar, de 23 de maio de 2016, na qualidade de acionista único da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., adiante designada de APSS, com sede na Praça da República, 2904-508 Setúbal, pessoa coletiva n.º 502256869 inscrita sob o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial de Setúbal;-----

E considerando que:-----

- a) Conforme decorre dos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, a APSS tem por objeto assegurar o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos portos de Setúbal e Sesimbra nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias, tendo competências para:-----
  - i. Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe estão afetos, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;-----
  - ii. Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;-----
  - iii. Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;-----
  - iv. Fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;-----
  - v. Proteção das suas instalações e do seu pessoal;-----
  - vi. Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.---
- b) As referidas atribuições da APSS entrecruzam-se com o Programa do XXI Governo Constitucional, em especial com os objetivos e prioridades estratégicas definidos para a área do Mar. Aliás, a concretização do mar como um desígnio nacional passa pela valorização da posição estratégica de Portugal no Atlântico e os portos nacionais constituem um pilar fundamental para o desenvolvimento económico de Portugal e para a alavancagem das exportações. Neste sentido, a estratégia do Governo passa por aproveitar de forma mais eficiente as vantagens competitivas do posicionamento estratégico do País, apostando no aumento da competitividade crescente a nível global dos portos e das cadeias logísticas nacionais, reforçando a ligação à rede

transeuropeia de transportes, apostando na melhoria das acessibilidades marítimas e terrestres, na especialização de atividade de cada porto de acordo com o seu *binterland* específico, na gestão mais eficiente da capacidade disponível, bem como na simplificação de procedimentos e numa abordagem adequada à organização do território;-----

- c) Por outro lado, entre diversas intervenções estratégicas nos portos portugueses, a coordenação estratégica entre os portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, foi considerada primordial e vertida no Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, sendo assegurada através dos conselhos de administração de ambas as Sociedades, cujos membros são comuns e acumulam funções;-----
- d) Dada a essencialidade da APSS na consecução dos referidos objetivos estratégicos, o Governo pretende imprimir uma nova dinâmica a esta empresa, elegendo um novo Conselho de Administração e emitindo novas orientações de gestão, nos termos do Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março;-----
- e) Através do Despacho n.º 1200/2016, de 23 de maio da Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público (SEAEP) foi concedida autorização, por razões de interesse público excecional, à Dra. Maria Lídia Ferreira Sequeira para o exercício de funções de presidente do Conselho de Administração da APL e da APSS; e-----
- f) Tendo em conta que da aplicação do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, que estabelece que os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções, sendo a remuneração determinada pela classificação decorrente da aplicação dos critérios previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, ao resultado da agregação dos indicadores respeitantes à APL e APSS, resultou a classificação de B.-----

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, é tomada a seguinte deliberação social unânime por escrito:-----

- 1) Nos termos do Estatuto do Gestor Público, delibera-se eleger os seguintes membros do Conselho de Administração, para novo mandato correspondente ao triénio 2016-2018, relativamente aos quais foram obtidos os competentes pareceres prévios da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública:-----
  - Presidente – Dra. Maria Lídia Ferreira Sequeira.-----
  - Vogal – Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco.-----
  - Vogal – Dr. Ricardo Miguel Medeiros dos Santos.-----
  - Vogal – Dr. Ricardo Jorge de Sousa Roque.-----
  - Vogal – Engenheiro Carlos Alberto do Maio Correia.-----
- 2) O Vogal do Conselho de Administração Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco tem as competências previstas no n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.-----
- 3) Fixa-se para o Conselho de Administração eleito para o mandato 2016-2018 o estatuto

remuneratório seguinte, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, sendo que a remuneração dos administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportadas em partes iguais pela APL e pela APSS;-----

3.1. – Remunerações:-----

Presidente – Vencimento mensal líquido: € 4.864,34 pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.945,74 pago 12 vezes por ano.-----

Vogais – Vencimento mensal líquido: € 3.891,47 pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.556,59, pago 12 vezes por ano.-----

O subsídio de Natal será pago mensalmente, por duodécimos, e apurado respetivamente nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 20.º da Lei 7-A/2016, de 30 de março.-----

Durante a manutenção do procedimento por défice excessivo ou a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), são prorrogadas, nos termos do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril (Decreto-Lei de execução do Orçamento do Estado para 2016), os efeitos temporários das normas e medidas seguintes:-----

- i. Aplicação das reduções legalmente vigentes às remunerações auferidas; e----
- ii. Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme medida também prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.-----

A redução prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, será progressivamente eliminada ao longo do ano de 2016, com as reversões estabelecidas na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.-----

3.2. – Regalias e benefícios sociais:-----

- i. Subsídio de refeição. O respetivo valor não poderá ser superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, ou caso o valor percebido a 31 de dezembro de 2014 não coincida com o montante fixado na referida Portaria, não poderá ser objeto de qualquer atualização até que esse montante atinja o referido valor, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 43.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, cujos efeitos foram prorrogados para 2016 pelo n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.-----
- ii. Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (EGP);-----
- iii. O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do EGP; e-----
- iv. Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa,

com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez, nos termos do artigo 34.º do EGP.-----

3.3. – Proibições:-----

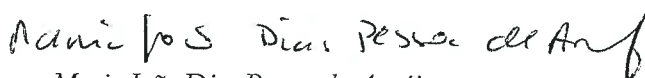
- i. A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do EGP; e-----
- ii. O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do EGP.-

3.4. – Ao estatuto remuneratório fixado aplicam-se outras disposições que venham a ser aprovadas.-----

4. – A presente deliberação produz efeitos a 24 de maio de 2016.-----

Deve, ainda, esta DUE ser passada ao livro de atas da Assembleia Geral da sociedade, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo assinada pela representante do acionista único, acima identificado.-----

A representante do acionista Estado

  
Maria João Dias Pessoa de Araújo